

1 **ATA DA 18ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO E**
2 **LEGAL – CTPIGL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARAÍBA DO SUL – CBH-**
3 **MPS DO ANO DE DOIS MIL E DOZE**, realizada no dia 15 de Agosto de 2012, No IFRJ, CAMPUS NILO
4 PEÇANHA PINHEIRAL, situado no município de Pinheiral (RJ), com a presença de membros da
5 Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba
6 do Sul e convidados (conforme relação de presença no final desta ata) e justificadas as ausências,
7 conforme relação também apresentada no final desta ata. Teve início a reunião presidida pelo Sr.
8 Evandro da Silva Batista (PMVR), em decorrência da ausência do Coordenador da Câmara Técnica, Sr.
9 José Arimathéa Oliveira (IFRJ). A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) leu a pauta da reunião com a
10 seguinte **Ordem do Dia**: 1. Abertura de sessão; 2. Aprovação da ata da 17ª reunião de Câmara
11 Técnica; 3. Apresentação do PSA; 4. Hierarquização das solicitações do Edital 01/2012; 5. Resolução
12 18/2012 – Altera o mecanismo de reembolso de despesas; 6. Resolução 19/2012 – Cria o mecanismo
13 de antecipação de diárias; 7. Resolução 20/2012 – Altera a Resolução CBH-MPS nº 11/2011; 8.
14 Parceria WWF-Brasil e CBH-MPS; 9. Apresentação da empresa executora do Planejamento
15 Estratégico; 10. Participação no ENCOB; 11. Assuntos Gerais; 12. Encerramento. **Item 2.** A ata da 17ª
16 Reunião de Câmara Técnica foi aprovada, por unanimidade. **Item 3.** A Sra. Vera Lúcia Teixeira
17 apresentou o Sr. Maurício Ruiz (ITPA) e o Sr. Fernando Torga (AGEVAP) aos membros presentes, e os
18 convidou a iniciarem suas apresentações sobre o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) à Câmara
19 Técnica e aos membros do Diretório presentes. O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) realizou uma apresentação
20 de slides demonstrando os projetos realizados pelo Instituto Terra de Preservação Ambiental, explicou a
21 relação das florestas com a regulação dos recursos hídricos e como é o processo do PSA nos projetos
22 realizados pela esta instituição. O Sr. Fernando Torga (AGEVAP) apresentou uma linha de estratégia
23 para a implantação do PSA, indicando as diretrizes como o diagnóstico e a criação de mapas
24 cartográficos para a definição de áreas prioritárias. Enfatizou a questão do custo x oportunidade e
25 esclareceu dúvidas dos presentes, juntamente com o Sr. Maurício Ruiz (ITPA). A Sra. Vera Lúcia
26 Teixeira (NVNV) comentou que o CBH-MPS em sua Resolução nº 15/2012 destinou o recurso de R\$
27 600.000,00 (seiscentos mil reais) para o “Plano de proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do
28 solo”, e que foi decidido na 20ª Reunião do Diretório do CBH-MPS, realizado com a participação da
29 Câmara Técnica do CBH-MPS, que este recurso seria aplicado em PSA. A Sra. Flávia Pires (INB)
30 discordou com a aplicação do recurso para PSA, e justificou comentando que o PSA é um programa
31 que contempla a proteção de mananciais, mas exige uma série de estudos prévios. O Sr. Vinicius
32 Soares (AGEVAP) esclareceu que o Plano de Bacia não prevê claramente o PSA, e que pelo Caderno
33 de Ações o PSA seria aplicável na recuperação de área degradada e preservação de nascentes,
34 metodologia prevista no Plano de proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo. Comentou
35 que ao planejar esse programa, deve-se pensar no que é possível fazer de forma continuada, pois R\$
36 600.000,00 (seiscentos mil reais) é praticamente toda a arrecadação anual do Comitê, e que este
37 recurso está acumulado pois a cobrança foi instituída em 2004, havendo gastos somente com algumas
38 ações, mas que a arrecadação anual com a cobrança é de aproximadamente R\$ 752.000,00
39 (setecentos e cinquenta e dois mil reais) e para saneamento é de aproximadamente R\$ 979.000,00
40 (novecentos e setenta e nove mil reais), considerando que para saneamento devem utilizar R\$
41 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), tendo anualmente R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil
42 reais) para outras ações. Sugeriu que no momento o ideal seria definir as regiões prioritárias, ter noção
43 de ações que caibam nesse orçamento contínuo, e planejar quanto irá ser reservado anualmente para
44 esse projeto. A Sra. Flávia Pires (INB) alegou que em sua opinião essa questão deve ser pensada no
45 momento da implantação, pois o PSA ainda está sob apreciação do Comitê. O Sr. Evandro da Silva
46 Batista (PMVR) comentou que a partir do momento que o Comitê tem em vista a implantação de um
47 projeto como o PSA, deve conhecer o universo a ser trabalhado, como é feita a implantação do projeto
48 e onde seria implantado, ainda que o recurso seja pequeno. Enfatizou que esse posicionamento
49 facilitaria no momento de destinar o recurso. A Sra. Flávia Pires (INB) discordou, alegando que o
50 recurso não deve ser destinado apenas para PSA, mas também para a abertura de editais que
51 contemplem projetos na região. A Sra. Cristiana do Couto Miranda (IFRJ) enfatizou a importância de se
52 avaliar quais são as áreas prioritárias antes de iniciar qualquer ação, pois ações que não são bem
53 programadas podem causar a perda de recursos. O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) informou que o recurso do
54 CBH-MPS não é o suficiente para executar integralmente o programa, e explicou que em uma situação
55 semelhante o instituto sugeriu uma área prioritária e identificou parceiros que seriam fundamentais para
56 aportar recursos adicionais, e sugeriu ao Comitê que aporte recursos, pois após a realização de
57 acordos e termos de cooperação seria viável ir a campo realizar os estudos. O Sr. Waldemiro B. de
58 Andrade (IPANEMA) discorreu uma situação ocorrida no projeto “Replanta Guandu”, onde foi realizada
59 uma ação em área abrangida por um TAC, e perguntou sobre a legalidade do investimento em uma
60 área de responsabilidade do proprietário. O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) respondeu que com a iminência do

61 novo Código Florestal muitas coisas estão em suspenso, e que mesmo que a aplicação do PSA seja em
62 um local onde o proprietário teria a obrigação legal de fazer a demarcação, existe um artigo
63 constitucional que prevê, pelo bem da coletividade, que quando o Estado impõe uma limitação a um
64 ente público ou privado, esse ente pode ser compensado, e que esse instrumento inclusive foi utilizado
65 pelo estado para definir ICMS ecológico, e a mesma coisa acontece no âmbito da propriedade. A Sra.
66 Vera Lúcia Teixeira (NVNV) perguntou qual a área definida pelo CEIVAP para a implantação do PSA. O
67 Sr. Maurício Ruiz (ITPA) respondeu que a área escolhida é a da porção fluminense, com algumas
68 propriedades em Miguel Pereira, Vassouras, Mendes e Engenheiro Paulo de Frontin. A Sra. Vera Lúcia
69 Teixeira (NVNV) comentou que algumas dessas áreas estão na Região Hidrográfica III, e perguntou
70 sobre a possibilidade do CBH-MPS complementar essas áreas com uma proposta prática. O Sr.
71 Maurício Ruiz (ITPA) respondeu que se o Comitê focar nas regiões que já possuem o mapeamento
72 através de uma Resolução para PSA, e a AGEVAP licitar, seria possível a implantação de uma ação
73 prática, pois já possui as áreas definidas e os mobilizadores. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV)
74 enfatizou que por essas áreas já possuírem o mapeamento, despenderiam menos recursos do Comitê.
75 A Sra. Flávia Pires (INB) protestou contra esse tipo de ação, alegando que como técnica de
76 restauração, entende que o PSA deve ser desenvolvido integralmente para a região do Médio Paraíba
77 pelo CBH-MPS, pois em seu ponto de vista são situações diferentes. O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) e a
78 Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) esclareceram à Sra. Flávia Pires (INB) que os municípios citados
79 integram a Região Hidrográfica III, abrangida pelo CBH-MPS. A Sra. Flávia Pires (INB) respondeu que
80 os estudos PSA deveriam ser realizados abrangendo a região do Médio Paraíba como um todo, pois o
81 recurso está parado e que não é possível neste momento definir o que é melhor, pois o Comitê só ouviu
82 a proposta do ITPA. Propôs a abertura de um edital para liberar essa verba, onde outros institutos
83 pudessem apresentar projetos de restauração e conservação do solo para a Câmara Técnica avaliar e
84 definir. Comentou que através desse edital o ITPA poderia apresentar uma proposta de PSA para o
85 Médio Paraíba. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) esclareceu à Sra. Flávia Pires (INB) que em
86 momento algum foi definido que não haveria a abertura de edital. A Sra. Flávia Pires (INB) respondeu
87 que o edital sugerido não é específico para o PSA, mas sim para a rubrica de proteção de mananciais e
88 sustentabilidade no uso solo, para o qual será elaborado um termo de referência, e assim poderá entrar
89 o PSA e outros projetos com propostas que contemplem o tema. Explicou que dessa forma outros
90 trabalhos que estejam acontecendo na região poderiam disputar esse recurso, que seria dividido em
91 valores para possibilitar trabalhos efetivos. Propôs que no momento o Comitê se preocupasse com a
92 elaboração dos editais. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) chamou a atenção para o fato de que
93 elaborar um edital ou um termo de referência muito aberto pode desviar o foco da ação almejada pelo
94 Comitê. Enfatizou que as decisões devem ser tomadas de forma conjunta, com foco no recurso
95 disponível atualmente para que se possa ter uma ação prática neste momento, com um resultado
96 consistente. Solicitou aos membros que sugerissem como realizar essas ações sem pulverizar os
97 recursos, de forma a atingir efetivamente o fim almejado pelo Comitê, que é a conservação,
98 preservação, recuperação e proteção das áreas degradadas. A Sra. Flávia Pires (INB) sugeriu a
99 elaboração de um termo de referência que estipule valor a ser oferecido para a instituição que
100 apresentar o projeto e a apresentação de trabalhos que serão apreciados pela Câmara Técnica, pois o
101 trabalho apresentado pela ITPA demanda anos de elaboração. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV)
102 ressaltou a importância de se aproveitar o trabalho já elaborado que seja pertinente, a fim de reduzir
103 tempo e custos para o Comitê. A Sra. Flávia Pires (INB) comentou que mesmo que o edital pulverize o
104 recurso, é uma ação prática, e que em sua opinião seria melhor dar um pouco para cada um do que
105 utilizar o recurso inteiro para um projeto que só irá acontecer daqui alguns anos, e que isso é a
106 completude. O Sr. Evandro da Silva Batista (PMVR) se manifestou arguindo que o produto pelo termo
107 de referência e os estudos gerados pelo PSA irão dar base para o Comitê na prospecção de áreas para
108 restauração e referência para educação ambiental, e ressaltou a importância da utilização dos trabalhos
109 já realizados para antecipar etapas. O Sr. Jacques Fernandes Dias (UERJ) sugeriu dividir o edital em
110 faixas de valores para classificar os projetos e controlar o quanto pulveriza do recurso ou não. A Sra.
111 Cristiana do Couto Miranda (IFRJ) comentou que a Bacia do Guandu também é grande e a seleção das
112 áreas foi decidida através da indicação de um estudo realizado pelo laboratório de manejo de bacias
113 hidrográficas da UFRJ, ou seja, toda área e atividades selecionadas tiveram base em algum estudo, e
114 como a área do Médio Paraíba é extensa, sugeriu que o edital deveria abordar uma área pré-definida, e
115 que seria interessante a escolha de uma área prioritária para ações como um projeto piloto, pois com
116 um edital muito fragmentado ou pulverizado demais talvez não seja possível monitorar de forma
117 eficiente o resultado das atividades. O Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) reforçou a proposta
118 da Sra. Cristiana do Couto Miranda (IFRJ) e enfatizou que seria prudente dividir as regiões e comentou
119 sobre a possibilidade de seleção de uma região que tenha uma grande dívida ambiental, pois com essa
120 área seria possível aprender os procedimentos com maior firmeza. Ressaltou a importância da

neutralidade nas escolhas do Comitê, para que nenhuma região ou instituição seja privilegiada em detrimento de outras. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) chamou a atenção para o fato de que a discussão do CBH-MPS estaria entre focar no que o Comitê quer e fazer algo mais específico definindo a ação, como um diagnóstico ou PSA, ou abrir um edital conforme o sugerido pela Sra. Flávia Pires (INB), amplo para englobar outras relações. Comentou que pela experiência que a AGEVAP tem com o CEIVAP na questão de abertura de edital, quando é elaborado um edital amplo, envolvendo várias ações e pegando vários projetos pequenos e pontuais planejados individualmente, aumenta-se o custo administrativo, pois demandam vários contratos e estruturas para acompanhar, além da dificuldade na mensuração do resultado, pois não se consegue dizer de fato que melhorias aqueles milhões investidos durante anos tiveram pela falta de um monitoramento, um mapeamento, uma justificativa para o que foi feito, e que assim, focar a ação de uma forma planejada em determinada localidade e com ações continuadas é um maneira de alavancar mais recursos do Governo do Estado e do CEIVAP, porque com planejamento é possível conseguir a justificativa para aportar recursos. Enfatizou que se o objetivo é realmente desembolsar a curto prazo, a melhor maneira seria criar o edital e o jogar o dinheiro pra fora, mas que fazer estrategicamente seria o melhor a se fazer, pensando e estabelecendo estudos, justificando o que esta sendo feito e a forma de agir. A Sra. Flávia Pires (INB) comunicou que não existem estudos que definam as áreas prioritárias. O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) esclareceu há diversas informações dispersas sobre esse território, e que o Estado do RJ publicou recentemente um estudo com mil análises consolidadas. Afirmou que é possível definir o território prioritário do Médio Paraíba com os estudos já realizados, e se dispôs a comparecer em uma próxima reunião, munido de todos os mapas pertinentes e um quadro de indicadores com base em informações secundárias que já existem para que sejam analisados. Comentou que se fosse possível sair da reunião com um território definido, seria possível pensar em um projeto de estudo de mobilização de proprietários para essa área prioritária, e que não há necessidade de edital para definir essa área, pois a informação existe, basta que a Câmara Técnica ou um grupo de trabalho se debruce sobre ela. Propôs como encaminhamento levar documentos para a realização de análises em uma próxima reunião para a definição da área prioritária. A Sra. Flávia Pires (INB) questionou o método sugerido pelo Sr. Maurício Ruiz (ITPA), alegando que essa análise deve ser documentada, através de um projeto específico que defina essa área, e não através de um trabalho feito para a Câmara Técnica apresentar e definir, e acrescentou que para este fim seria importante um edital de baixo custo. O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) esclareceu que com o tipo de projeto sugerido pela Sra. Flávia Pires (INB) o Comitê perderia 1 ano. A Sra. Flávia Pires (INB) lembrou a todos que o Comitê vive de documentos, e dessa forma ganharia a longo prazo. Sugeriu como encaminhamento que para este item seja aberto um termo de referência com abertura para o recebimento de trabalhos maiores e menores para que o recurso seja utilizado e que com isso o Comitê tenha estudos. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) sugeriu como encaminhamento acatar a proposta do Sr. Mauricio Ruiz (ITPA) através do agendamento de uma Reunião Extraordinária. A Sra. Cristiana do Couto Miranda (IFRJ) lembrou a parceria do Comitê com a WWF-Brasil. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) comentou que utilizar a parceria com a WWF-Brasil neste momento seria de fato a aplicação de uma gestão estratégica, pois casaria as ações da forma mais efetiva possível. O Sr. Sergio Alves (INEA) concordou com a Sra. Cristina do Couto Miranda (IFRJ) e com o Sr. Vinicius Soares (AGEVAP), acrescentando que concordava com a proposta do Sr. Maurício Ruiz (ITPA). Comentou que esse assunto se encaixa perfeitamente com a proposta da WWF na definição de área prioritária, proporcionando grande ganho de tempo, e assim o Comitê conseguira executar as ações. O Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA) concordou com a proposta do Sr. Mauricio Ruiz (ITPA) em trazer o material e sugeriu que o Sr. Evandro da Silva Batista (PMVR) promovesse uma reunião extraordinária de Câmara Técnica para esse estudo. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) perguntou aos membros presentes se todos concordavam com a marcação de uma reunião extraordinária para a definição de área prioritária para a aplicação do PSA. O Sr. Sérgio Alves (INEA) sugeriu a criação de grupos de trabalho separados para agilizar a reunião. O Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) sugeriu que a reunião extraordinária para delimitação de área prioritária fosse em conjunto com o Diretório. A Sra. Flávia Pires (INB) comentou que o Diretório tem outros trabalhos, e defendeu que esses temas deveriam ser discutidos exclusivamente pela Câmara Técnica, sem a presença do Diretório. Enfatizou que reuniões conjuntas têm ônus e bônus, pois resolve o problema do Diretório na logística das reuniões, mas que a presença dos membros do Diretório tumultua a Câmara Técnica na tomada de decisões. O Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) lembrou a Sra. Flávia Pires (INB) que as reuniões do CBH-MPS são públicas, e que dessa forma qualquer interessado pode participar como convidado. O Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA) sugeriu que a Câmara Técnica e o Diretório se dividissem para a discussão dos temas, para maior agilidade. O Sr. Mozart Netto (AMAR) sugeriu que fosse agendada uma reunião extraordinária da Câmara Técnica, onde discutiriam o tema, apresentando a decisão ao Diretório em outra oportunidade. Com a concordância dos membros presentes, ficou

definido para o dia 29 de agosto de 2012 a realização de reunião extraordinária de Câmara técnica para a definição de área prioritária para a aplicação de PSA, juntamente com o convidado Sr. Maurício Ruiz (ITPA), e posteriormente, na mesma data, a realização de reunião extraordinária do Diretório do CBH-MPS, onde a Câmara Técnica irá apresentar suas conclusões. **Item 4.** O Sr. Vinicius Soares apresentou as solicitações encaminhadas ao Edital de Chamamento nº 01/2012 e projetou uma planilha de hierarquização. Informou que 7 municípios apresentaram propostas, sendo 2 fora do prazo. Comunicou que Volta Redonda, Barra do Piraí, Pinheiral, Valença e Piraí classificaram-se para a hierarquização. Explicou que como os municípios apresentaram mais de um conjunto de localidades, que seriam sistemas separados, não foi hierarquizado o município, mas sim o sistema com seu grupo de localidades. Esclareceu aos presentes os critérios de hierarquização. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) sugeriu que fosse despendido um olhar mais cuidadoso aos municípios menores, por sua maior dificuldade em elaborar projetos. A Sra. Márcia Cinira Neves (SAAE-VR) explicou a situação de Volta Redonda no tratamento de efluentes, e explicou que se o projeto contemplasse o município sanaria a situação para mais de 200 mil habitantes, tratando quase 100% do esgoto da cidade. Explanou sobre a situação da cidade com o Ministério Público, e informou que construção da ETE dos Correios não chegará a um percentual de tratamento elevado. O Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA) chamou a atenção para a disparidade no valor estimado para os projetos. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) esclareceu que os valores foram estimados pela AGEVAP. O Sr. Sérgio Alves (INEA) comunicou que o foco do Comitê é a bacia do rio, e que em Volta Redonda, por exemplo, o Rio Paraíba do Sul consegue dissolver uma quantidade de esgoto maior do que outros rios, de cidades menores, como o Rio Bananal, o Rio Sesmarias, o Rio Brandão e o Rio Sacra Família. Sugeriu que seja considerado o impacto causado no rio através de um critério de corpo hídrico, pois se houver uma carga grande em um rio pequeno, corre o risco de virar um verdadeiro "valão". Foi decidido pelos presentes a inclusão, para um próximo edital, do critério de despejo de efluentes, caso seja em um rio principal, afluente, ou afluente de afluente, atribuindo nota maior ao último. A Sra. Cristiana do Couto Miranda (IFRJ) sugeriu como critério o limite de custo, para que não haja excessos e um município não fique prejudicado com relação a outro. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) sugeriu que o próximo edital contemple um teto para os projetos. A Sra. Márcia Cinira Neves (SAAE-VR) não concordou com a aplicação do teto para projetos. A Sra. Flávia Pires (INB) solicitou que ficasse registrado em ata que a Câmara Técnica estude melhor os critérios de hierarquização, pois em sua opinião, os critérios atuais não atingirão os municípios pequenos. O Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) sugeriu que a Câmara Técnica estudasse e elaborasse novos critérios a serem aplicados em um próximo edital. O Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA) sugeriu otimizar a questão dos projetos, futuramente, através da criação de uma equipe que faça a adequação do projeto a partir da necessidade do CBH-MPS. O Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) comentou que a Secretaria do Estado estaria fazendo isso. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) esclareceu que a Secretaria do Estado irá elaborar o Termo de Referência, e que os projetos possuem dados de georreferenciamento, levantamentos fundiário e geológico, um trabalho de campo inviável para a AGEVAP, que não suportaria nem mesmo a readequação de projetos nessa linha. O Sr. Sérgio Alves (INEA) sugeriu a criação de mais critérios ambientais. Foram classificados para a elaboração do projeto os municípios de Volta Redonda e Barra do Piraí, sendo este último na proposta com maior número de habitantes beneficiados. A Sra. Márcia Cinira Neves (SAAE-VR) questionou sobre os critérios de desempate entre os municípios. Alguns membros questionaram a possibilidade de Barra do Piraí ser prejudicada em vista ao alto valor demandado pelo projeto de Volta Redonda. O Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA) chamou a atenção para o fato de que tratar aproximadamente 100% dos efluentes de Volta Redonda traria uma qualidade enorme à captação de água de Barra do Piraí. Ficou definido que o desempate entre os dois municípios seria realizado a montante, com o teto de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a elaboração do projeto. O Sr. Valmir Augusto Detzel (Detzel Consulting) alertou aos membros do CBH-MPS presentes sobre os riscos de se considerar espectros nebulosos na decisão, pois os valores estimados para projetos projetados na hierarquização são aproximados, não se sabe exatamente o valor final do projeto, e isso poderia gerar problemas. **Item 5.** Por unanimidade, as alterações na minuta da Resolução CBH-MPS nº 18/2012 foram aprovadas. **Item 6.** Por unanimidade, as alterações na minuta da Resolução CBH-MPS nº 19/2012 foram aprovadas. **Item 7.** Por unanimidade, as alterações na minuta da Resolução CBH-MPS nº 20/2012 foram aprovadas. **Item 8.** A Sr. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) informou que a minuta do Termo de Cooperação Técnica já foi enviada à WWF-Brasil, e que não houve retorno até o momento. **Item 9.** O Sr. Valmir Augusto Detzel (Detzel Consulting) apresentou esclarecimentos acerca do Planejamento Estratégico. Discorreu aos membros presentes sobre sua formação profissional, a história de sua empresa e projetos realizados. Explicou detalhadamente os níveis de planejamento a serem atingidos nesse trabalho: Planejamento estratégico, Planejamento de ações e Planejamento operacional. Esboçou um cronograma do processo, e se propôs a comparecer à próxima reunião plenária do CBH-

241 **MPS. Item 10.** A Sra. Vera Lúcia Teixeira informou que o Encontro Nacional de Comitês de Bacias
242 Hidrográficas será realizado em Cuiabá/MT, 05 a 09 de Novembro de 2012. Informou que com o
243 recurso destinado à ações do Diretório pretende-se reembolsar os membros representantes do CBH-
244 MPS. Ficou definido o Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA) como representante da Câmara
245 Técnica, a Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) e o Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) como
246 representantes do Diretório, e que na reunião plenária será aberta oportunidade para a escolha de dois
247 membros representantes da Sociedade Civil. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) comunicou que cada
248 membro ficará responsável pela compra de sua passagem e hospedagem. **Item 11.** A Sra. Flávia Pires
249 (INB) protestou contra as reuniões conjuntas do CBH-MPS, e perguntou como seria realizada a
250 contagem de *quorum* nesse tipo de reunião, e questionou a respeito da coordenação da Câmara
251 Técnica. Externou sua opinião no sentido de que as reuniões conjuntas prejudicam a identidade dos
252 dois segmentos. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) esclareceu que as atas são individualizadas
253 embora a pauta seja a mesma, e explicou que a reunião conjunta é um ganho de tempo para o CBH-
254 MPS, e que em sua opinião isso engrandece a Câmara Técnica. Respondeu que o substituto do Sr.
255 José Arimathéa Oliveira (IFRJ) é o Sr. Evandro Silva (PMVR), e informou que a saída do Sr. José
256 Arimathéa Oliveira (IFRJ) não foi formalizada até o momento, e que por esse motivo a presença da Sra.
257 Cristiana do Couto Miranda (IFRJ) não conta como *quorum*. A Sra. Flávia Pires (INB) solicitou que as
258 próximas reuniões sejam segmentadas, com separação de pauta. O Sr. Josemar da Ressurreição
259 Coimbra (UGB) procedeu a leitura da pauta e foi constatado que não seria pertinente a separação da
260 pauta da reunião em andamento. Ficou constatado pela Câmara Técnica que a Sra. Giselle Mazzoni
261 (PMPA) possui faltas consecutivas em 04 reuniões, e 01 falta alternada. Foi decidido pela Câmara
262 Técnica o envio de alerta de ausência para a Sra. Giselle Mazzoni (PMPA), bem como para o Sr. José
263 Arimathéa Oliveira (IFRJ), para que regularize sua situação perante a Câmara Técnica. A Sra. Flávia
264 Pires (INB) comunicou que a INB produziu e financiou o livro "Guia de plantas do planalto de
265 Itatiaia/RJ", elaborado por dois biólogos da região. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) informou sobre o
266 contrato firmado entre a ONG O Nosso Vale, a Nossa Vida, e o Estado do Rio de Janeiro durante a
267 Rio+20. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelo Sr. Evandro da Silva Batista (PMVR),
268 substituto do Coordenador da Câmara Técnica, o Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ), tendo a presente
269 Ata sido lavrada por mim, Cíntia Rodrigues Suetti, Auxiliar Administrativa da AGEVAP UD1 e, depois de
270 aprovada, foi assinada pelo Vice-coordenador da Câmara Técnica Permanente de Instrumentos de
271 Gestão e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul, Sr. Evandro da Silva Batista
272 (PMVR).

Pinheiral, 15 de Agosto de 2012.



Evandro da Silva Batista
Vice-Coordenador da Câmara Técnica
de Instrumentos de Gestão e Legal
CBH Médio Paraíba do Sul

Lista de Presença:

Membros representantes do Poder Público: Evandro da Silva Batista (PMVR); Sérgio Alves (INEA).

Membros representantes dos Usuários: Flávia Cristina A. C. Pires (INB); Márcia Cinira Neves (SAAE-VR); Jorge Luiz de S. Florentino (FURNAS).

Membros representantes da Sociedade Civil: Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA); Jacques Fernandes Dias (UERJ).

Ausência justificada por e-mail/telefone: Giselle Ferreira Mazzoni (PMPA);

Lista de Presença de Convidados: Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB); Mozart C. M. Netto (AMAR); Cristiana do Couto Miranda (IFRJ); Vera Lúcia Teixeira (Nosso Vale! A nossa vida!); Flávio Cruz Sobreira (AGEVAP – UD1); Cíntia Suetti (AGEVAP – UD1); Vinicius Soares (AGEVAP); Fernando Torga (AGEVAP); Maurício Ruiz (ITPA); Valmir Augusto Detzel (Detzel Consulting).